



TERRITÓRIO USADO, FINANÇAS E TOPOLOGIAS BANCÁRIAS NO BRASIL: uma proposta de periodização à luz dos Correspondentes no País¹

Dhiego Antonio de Medeiros²
Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL)
E-mail: dhiego.medeiros@uneal.edu.br

1 – INTRODUÇÃO

Pautado na necessidade de aprofundar a discussão a propósito da origem do correspondente, bem como a sua trajetória nas atividades financeiras até os dias atuais, faz-se importante estabelecer uma periodização a partir dos eventos que marcaram a dinâmica histórica do sistema bancário brasileiro, a partir do início do século XX, contextualizando as formas de atuação desse fixo geográfico. Logo, estabelecer uma periodização “[...] é encontrar, através da História, secções de tempo em que, comandado por uma variável significativa, um conjunto de variáveis mantém um certo equilíbrio, uma certa forma de relações.” (SANTOS, [1985] 2008, p. 38).

A primeira metade do século XX assinalou um período de constantes mudanças na estrutura do sistema bancário brasileiro implicando na formação de novas instituições bancárias, bem como um uso mais expressivo do território. Entretanto, a liberalização normativa da época, intensificou as bases para a entrada de novas redes e estruturas bancárias em detrimento de fixos geográficos, ou seja, canais que perderam suas funções para a inserção de novas agências em todo o país. Contudo, essas transformações mostram o quanto o território passa por ações normativas e normatizadoras, capazes de estabelecer novos critérios e alterar a dinâmica do cotidiano.

Na verdade, a norma estabelece a relação entre um determinado elemento e o território, estabelecendo assim uma geografização dos eventos, criados para atender interesses, em sua maioria, alheios a sua dinâmica horizontal, já que se trata de normas verticalmente criadas para fortalecer as ações no território.

¹ Trabalho inscrito no Eixo 1 - Economia, trabalho e renda na América Latina.

² Professor Assistente do Curso de Geografia do Campus Universitário Zumbi dos Palmares (CAMUZP), da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Coordenador do Laboratório de Geografia Econômica e Planejamento Territorial (LAGEP).



2 – OBJETIVOS

O presente trabalho tem por objetivo analisar e apreender os mecanismos de regulação referentes à atuação dos Correspondentes no território brasileiro, mormente a partir do primeiro decênio do século XX aos dias atuais. Nessa perspectiva, buscou-se compreender a atuação do correspondente a partir de três grandes períodos, apresentados de forma pormenorizada no item seguinte.

3 – METODOLOGIA

A metodologia aplicada ao estudo está fundada em dois procedimentos de pesquisa, a saber: pesquisa bibliográfica, a exemplo de Arroyo (2006), Contel (2006), Costa (2012), Dias (2009), Dias e Lenzi (2009), Santos ([1975] 2004), Santos e Silveira ([2001] 2006) e Singer (2000) – visando uma melhor apropriação do objeto investigado; e pesquisa documental com base nas Resoluções, Circulares e Leis emitidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), aqui entendidas como “Normas” (ANTAS JR., 2005) que permitiram a compreensão dos conteúdos dados ao longo do tempo ao Canal investigado. Assim, foi possível construir uma periodização e, portanto, compreender as transformações pelas quais os Correspondentes vêm passando ao longo da história do Moderno Sistema Financeiro Brasileiro, como também, os movimentos de reorganização das redes bancárias no País. A saber:

1º período (1905-1972): tem como marco a oficialização do Banco do Brasil como autoridade financeira nacional, período em que marca os antecedentes da atuação dos correspondentes no país.

2º período (1973-1999): marcado pelo retorno e oficialização das atividades de correspondentes no país, normatizadas pelo Banco Central do Brasil para atuar com atividades financeiras para algumas instituições financeiras.

3º período (2000-2017): caracterizado por novas formas de atuação de correspondentes no território brasileiro a partir das novas regulamentações normativas que estabeleceram uma intensa capilarização de diversas redes bancárias no território através dos novos fixos geográficos, bem como um uso mais expressivo do circuito inferior da economia por instituições bancárias ligadas ao circuito superior da economia.



4 - RESULTADOS

4.1 - ANTECEDENTES DA ATUAÇÃO DOS CORRESPONDENTES NO PAÍS

No que diz respeito ao período correspondente a atuação normatizada dos Correspondentes no País, considera-se que contextualizar a sua história significa seguir as pistas e trilhar um caminho rumo à compreensão dos processos que se dão no espaço e no tempo, a partir de eventos que se estabelecem no território criando novas formas, novas estruturas e novas funções para atender a fins, frequentemente, predeterminados. Compreender essas variáveis em conjunto, é entender a atuação de um determinado evento no espaço-tempo. Nesse sentido, faz-se necessário compreender o surgimento do correspondente e as formas de atuação que lhe eram condicionadas a partir das duas primeiras décadas do século passado.

Para tanto, pode-se reportar a Diniz (2010), quando assevera que as atividades de correspondente, inicialmente, se davam entre bancos que tinham a necessidade de atuar em lugares com a ausência de um fixo geográfico (da mesma instituição). Isso fazia com que, por exemplo, o banco “X” contatasse o banco “Y” para prestar algum tipo de serviço que o mesmo demandasse em lugares em que o último estivesse presente. Ou seja, sendo o banco “Y” correspondente do banco “X”, esse processo se tratava de um “[...] acordo entre dois bancos, um dos quais (o correspondente) aceita depósitos e presta serviços em nome de outro (o respondente).” (DINIZ, 2010, p. 24).

São atividades que atualmente vigoram no território brasileiro, relações interbancárias que estabelecem não apenas a execução de atividades mais complexas entre cliente de um banco com outros bancos, em se tratando de bancos de países diferentes devido à imigração, muitas vezes relacionada ao turismo, mas também de ampliar o processo de financeirização das atividades econômicas e bancarização das populações mais distantes de lugares, com ausência de determinados bancos. As relações interbancárias foram as primeiras atividades prestadas por correspondentes, tendo sua origem na Europa, com intuito de acumular as riquezas (em ouro) de grandes empresários, o que evitaria que estes corressem o risco de serem roubados enquanto movimentavam os recursos através dos meios de transportes da época.

No Brasil, as atividades executadas por correspondentes remontam ao início do século passado, quando alguns comerciantes exerciam dupla função na economia de determinada região, de comerciante e de prestador de serviços bancários. Essa atividade



coincide com o advento de um dos maiores bancos privado do país, durante duas décadas que antecedem à criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), em 1945, o Banco Moreira Salles – antes designado de Casa Moreira Salles – onde funcionava como comércio de mercadorias na região, a exemplo do café, que já negociava no comércio de outros lugares do sul de Minas Gerais e norte de São Paulo.

João Moreira Salles acumulava as funções de comerciante de mercadorias e a de correspondente bancário através da acumulação do dinheiro que era depositado pelos chamados “caixeiros-viajantes”, que tinham a função de intermediários entre produtores e comerciantes de vários lugares da região. Para não correrem o risco de serem roubados, depositavam o dinheiro arrecadado ao correspondente bancário que já possuía atuação em diversos lugares da região, destacou Costa (2002).

Esse tipo de correspondente tinha função semelhante a um banco, pois possuía uma relação com as atividades do “circuito superior” (SANTOS, [1975] 2004) da economia, além de grandes proprietários de terras da época através da execução de [...] “operações de cobrança, mas também de saques, depósitos, desconto de títulos, câmbio, pagamentos e transferências.” (COSTA, 2002, p. 7). Esta atuação se deu num momento em que o sistema bancário nacional vivia um período de mudanças em sua estrutura, pois o Banco do Brasil passava a atuar como entidade com papel importante em tempos desfavoráveis, com a função de fomentar instituições que estivessem em crise. Ou, mesmo como a Diretoria de Marketing e Comunicação do Banco do Brasil (2010, p. 14-15) afirma que se caracterizava como um agente “emprestador em última instância”, a partir da criação da Carteira de Redescontos pelo Governo.

Outro dado importante é a criação da Inspeção Geral dos Bancos, em 1921 com a função central de fiscalizar a atuação de outras instituições bancárias no território nacional, já que não era papel exclusivo do Banco do Brasil, uma instituição comprometida com a execução das atividades do governo. Ainda que se considere o seu caráter como autoridade criada para reger determinadas atividades dentro do sistema financeiro no país, a exemplo da regulação do mercado através do controle sobre as taxas de juros, bem como as atividades relacionadas à carta de financiamentos (COSTA, 2012).

Esse processo acabou por organizar o sistema bancário no país, exercendo maior controle e supervisionando as atividades executadas por proprietários bancários da



época, levando-os a requerer forçosamente, uma espécie de carta patente para continuar funcionando. Daí o correspondente foi diversificando suas tarefas e ampliando a atuação como intermediador das atividades econômico-financeiras. Assim, em decorrência de uma série de medidas tomadas pelo Governo para fiscalizar a atuação das atividades financeiras no país:

[...] as casas comerciais, como a Moreira Salles, que tinham na atividade financeira apenas um de seus departamentos, precisariam de uma carta patente para funcionar. A Casa Moreira Salles requereu-a – e a obteve em 27 de setembro de 1924. Esta é a data que o Unibanco considera como seu marco fundador. Hoje, com o desaparecimento de vários concorrentes nacionais, gaba-se de ser o mais antigo banco privado brasileiro. (COSTA, 2002, p. 8).

O processo de fusão de várias instituições financeiras antes atuantes na função de correspondentes se deu através das aquisições, fortalecendo as bases para a concessão da carta patente do Governo que oficializaria sua atividade como banco. E ainda, ampliar as bases para a atuação das agências bancárias em diversas cidades, como foi o caso da própria Casa Bancária Moreira Salles que se tornou banco em 1940, a partir da aquisição da Casa Bancária de Botelhos e o Banco Machadense. Assim, a atividade do correspondente por muito tempo se diferencia do fixo geográfico de antes de 1924.

Da década de 1940 até meados dos anos de 1960, houve uma nova organização das atividades bancárias no país com a constante abertura de agências bancárias. Em 1942, o número total de agências era de 1.251 fixos em todo o território nacional. Desse total, o Banco do Brasil detinha 17,10%. Em 1964 o número total desse fixo geográfico sobe para 6.747. Um crescimento de 439,32%, seguido do Banco do Brasil que também teve sua rede de agências ampliada. De 214 fixos nesse primeiro período, passou para 624 em 1964. Um aumento de 191,58%, o que representava 10,19% do total no país. Esse crescimento se deve a Circular n. 35 de maio de 1958, da SUMOC que dá início à política de expansão das agências bancárias em todo o território nacional.

Essa Circular impõe uma reorganização na rede de fixos geográficos das instituições bancárias no território brasileiro. Os escritórios³ passam a efetuar atividades

³ O escritório era caracterizado como um fixo que atuava a mesma complexidade que a de uma agência bancárias, exceto na execução da atividade de câmbio. Já o correspondente especial, mantendo suas atividades tradicionais em estabelecimentos comerciais, também era chamado de correspondente particular (CONJUNTURA ECONÔMICA, 1973).



semelhantes aquelas desenvolvidas nas agências, quando não eram substituídos por esse fixo em praças onde ainda não havia a existência de agências. Em 1946, o número de escritório era de 326 em todo o país, porém funcionou até 1967 com apenas 126 fixos. Em relação ao correspondente, houve um crescimento no número de fixos de 6 para 20 entre 1947 e 1961, o que corresponde a um acréscimo de 233,33%.

Com a Reforma Bancária em 1965, a partir da criação da Lei n. 4.595, de 31 de dezembro de 1964 foi instituída uma nova política e uma nova organização na estrutura do sistema bancário concomitante a informatização do setor no país. Ampliaram-se as possibilidades de aceleração nas transações de processamento dos serviços financeiros dos bancos, fundamentando também, a criação de novas tipologias bancárias de conexão entre as instituições financeiras e seus clientes. Nesse período, o Governo instituiu uma política voltada ao incentivo da produção de técnicas de automação no intuito de ampliar a atuação dos bancos, acompanhada de medidas que incentivavam o processo de fusão, ou mesmo de aquisição, entre diversas entidades do sistema financeiro no país.

4.2 - RETORNO E OFICIALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE CORRESPONDENTES NO PAÍS

Um segundo período foi constatado nos anos 1970, com o início do processo de normatização das atividades executadas por correspondentes (a seguir, vide Quadro 1), especialmente a partir da Circular n. 220, de outubro de 1973 do Conselho Monetário Nacional, através do Banco Central do Brasil, autorizando os bancos comerciais a contratarem empresas para atuar na execução de cobrança de títulos e execução de ordens de pagamento em nome da instituição contratante.

Quadro 1 – Brasil: legislação normativa para a atuação dos Correspondentes (1973-1999)

Norma	Período de vigor	Descrição*
Circular n° 220	15 de Outubro de 1973	“[...] decidiu manter a faculdade de os estabelecimentos bancários atribuírem a pessoas jurídicas, sob contrato especial, o desempenho das funções de correspondentes [...]”.
Resolução n° 562	30 de Agosto de 1979	As Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento podem receber pedidos de financiamento encaminhados por sociedades prestadoras de serviços, observado o disposto nesta Resolução.
Resolução n° 2166	30 de Junho de 1995	Altera as normas relativas a financiamentos contratados por intermédio de sociedades prestadoras de serviços.
Carta Circular n° 2885	08 de Dezembro de 1999	Esclarece sobre os procedimentos relativos a instrução de processos e a remessa de informações relacionadas com a contratação de correspondentes no País.

Fonte: BACEN.

*Obs.: Textos extraídos integralmente de cada norma.

Elaboração própria.

Ao final dessa década, as Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimentos (SCFIs) se constituíram em instituições aptas a autorização e a execução de suas atividades financeiras. Dentre as atividades que poderiam ser executadas por um correspondente estavam o encaminhamento de pedidos de financiamento, análise de crédito e de cadastro, execução de cobrança e outros serviços de controle e processamento de dados a partir da publicação da Resolução n. 562, de 1979 pelo BACEN.

No período que segue pôde-se observar que houve um incentivo à política de produção de novas tecnologias que possibilitou o incremento dos usos financeiros do território brasileiro. As tecnologias da informação intensificaram de forma ampla a possibilidade das instituições financeiras com menor capilaridade se instalarem nos lugares mais “opacos” do País⁴, e ampliar a sua financeirização. Na verdade, tratava-se de uma estratégia do sistema financeiro ancorada na hipótese que os meios de intermediação financeira, dentro da lógica das microfinanças, teriam um papel fundamental para aproximar as classes menos abastadas das finanças no país.

⁴ Para Márcia Silva (2007), os correspondentes foram criados, inicialmente, para atender as pequenas cidades, em especial aquelas que não tinham a presença de agência bancária, sendo que funcionavam em estabelecimentos como padarias e mercearias (Correspondente bancário: uma forma de terceirização. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=245&Itemid=171.



Nos anos 1980, iniciou-se a fase da criação das tecnologias que passaram a processar serviços bancários *online*, permitindo uma nova racionalidade por parte dos bancos, intensificando as bases para o processo de concentração bancária. Contudo, essas novas tecnologias de automação não eram utilizadas por correspondentes até meados da década de 1990, pois ficavam restritas aos fixos bancários tradicionais (agências e postos).

Assim, em 1995 o Banco Central emitiu uma norma⁵ que permitiu aos bancos múltiplos o uso de empresas prestadoras de serviços semelhantes aos que foram instituídos às SCFIs no final da década de 1970. Essa nova norma impulsionou a abertura de novas formas racionais de financeirização do território, pois as chamadas dependências bancárias atuavam com finalidades específicas impostas pelos próprios bancos.

Nesse período, a Caixa Econômica Federal, por exemplo, passou a trabalhar com as Casas Lotéricas via tecnologia da informação e as atividades básicas como pagamentos de títulos, transações de contas bancárias já passaram a ser executadas, a partir de 1997, diretamente ligadas com as agências de comando das atividades desse fixo. Outro exemplo de fixo geográfico atuante naquele momento era correspondente do Banco de Brasília que tinha como objetivo inicial ampliar a capilaridade da instituição além de desafogar as agências bancárias.

Assim, a atuação por meio de correspondentes no território brasileiro logrou novas formas de funcionamento, ancorada nas novas tecnologias, sobretudo as tecnologias de informação e o uso de *internet banking*, iniciado na segunda metade do decênio de 1990. Com efeito, esse tipo de tecnologia passou a ser decisivo na efetuação das transações em alguns serviços financeiros e estimulou a ampliação da capilaridade das redes bancárias. Conforme Silva (2007, p. 15): “A Caixa Econômica Federal é a empresa pública responsável pela administração e operacionalização das loterias e desde 1997 as casas lotéricas estão interligadas on-line com a instituição.” Logo, as tecnologias da informação mais a desregulamentação bancária da década de 1990, deram início a uma nova estrutura do trabalho bancário no país.

⁵ Ver a resolução n. 2166, de 30 de junho de 1995, do Banco Central do Brasil.

4.3 - NOVAS FORMAS DE ATUAÇÃO DOS CORRESPONDENTES NO BRASIL

Um terceiro e atual período teve início no final da década de 1990, marcada pelos albores de um momento de transformações intensas no processo de normatização e reestruturação da atividade bancária no País. Alguns processos e variáveis como o Plano Real, a reestruturação das finanças, o advento de novos serviços financeiros e as novas tecnologias do setor autômato, permitiram uma intensa expansão do consumo de novos produtos de caráter financeiro ou mesmo objetos técnicos advindos da própria “mundialização econômica” (CHESNAIS, [1996] 1998).

Porém, esses eventos também intensificaram as bases para a drenagem de recursos financeiros do território por várias redes bancárias. Ademais, essas variáveis, renunciadas na década de 1990, ampliaram a formação de uma nova base na divisão do trabalho bancário, permitindo maior fluidez das atividades financeiras a partir da própria financeirização da vida social, especialmente de uma classe, antes, sem qualquer relação com as atividades financeiras no país.

Segundo Silveira (2009, p. 65-66), “[...] a divisão territorial do trabalho hegemônica de uma nação edifica-se sobre novas variáveis determinantes, isto é, tecnociência, informação e finanças, que permitem às grandes empresas e aos bancos novas escalas e possibilidades de ação.” Logo, a tecnologia de informação pode ser considerada o maior pressuposto para o alcance dessas variáveis e ações no território por parte das forças hegemônicas no período atual.

Essa liberalização de normas para correspondentes também emerge da lógica de ampliação das bases para a penetração das finanças em áreas opacas do território, sobretudo as que se mantinham com ausência de fixos geográficos bancários tradicionais, o que influenciou o Banco Central do Brasil, a instituir a Resolução n. 2.640, de 25 de agosto de 1999. Então, ampliou-se o leque de instituições com autorização para contratar empresas para trabalhar como correspondentes no país.

Além das instituições autorizadas pela Resolução n. 2.166, de 1995 que já possibilitava a autorização para bancos múltiplos com carteira comercial e as Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimentos (SCFIs), acrescentou-se os bancos comerciais e a CEF. Assim, a partir dessa norma os correspondentes passaram a



umentar sua importância para as instituições bancárias, acrescentando-se além dos serviços já determinados, a autorização para propostas de abertura de contas bancárias.

Desse modo, os bancos encontram no correspondente uma possibilidade de expansão de suas áreas de atuação, visto que a proposta dessa Resolução consistia em autorizar as instituições financeiras a contratar somente correspondentes em lugares com ausência de agências bancárias ou qualquer outro fixo. Essa ideia, todavia, não vigorou por muito tempo, pois, no ano seguinte ocorreu a liberalização da atuação de correspondentes em qualquer lugar do país⁶, evento que marcaria o fortalecimento da financeirização da sociedade.

A oferta de crédito desburocratizado por instituições bancárias e não-bancárias (SILVEIRA, 2009) cresceu rapidamente no país e os correspondentes passaram a ter um papel importante na relação entre as instituições do circuito superior e as classes mais pobres do país, principalmente com a política de incentivo ao consumo e a introdução de várias outras atividades de interesse do Governo. A CEF é o exemplo concreto dessa política, pois é a partir desse momento que as Casas Lotéricas passaram a trabalhar com outras atividades relacionadas à distribuição de recursos públicos além das atividades financeiras da instituição. Cerca de 9 mil Casas Lotéricas já operavam pela CEF no território brasileiro em 2001 e, com a introdução de atividades como serviços de pagamento de programas sociais federais, além dos serviços financeiros. Ademais, esse correspondente passou a operar não apenas para a instituição como também subsidiando a implementação de políticas do Governo Federal (a seguir, vide o Quadro 2).

⁶ Esse processo se deu a partir da publicação da Resolução n. 2707, de 30 de março de 2000.

Quadro 2 – Brasil: legislação normativa para a atuação dos Correspondentes (2000-2013)

Norma	Período de vigor	Descrição*
Resolução nº 2707	30 de Março de 2000	Resolveu facultar aos bancos múltiplos com carteira comercial, aos bancos comerciais e à Caixa Econômica Federal a contratação de empresas para o desempenho das funções de correspondente no País.
Circular nº 2978	19 de Abril de 2000	Dispõe sobre os procedimentos relativos à instrução de processos e à remessa de informações relacionadas com a contratação de correspondentes no País.
Carta Circular nº 2983	11 de Outubro de 2001	Esclarece acerca da abrangência do conceito de empresas contido na Resolução 2.707, de 2000, que dispõe sobre a contratação de correspondentes no País.
Resolução nº 2953	25 de Abril de 2002	Altera normas relativas à abertura, manutenção e movimentação de contas de depósitos e dispõe sobre a contratação de correspondentes no País por parte de instituições financeiras.
Resolução nº 3110	31 de Julho de 2003	Altera e consolida as normas que dispõem sobre a contratação de correspondentes no País.
Resolução nº 3156	17 de Dezembro de 2003	Altera a Resolução 3.110, de 2003, que dispõe sobre a contratação de correspondentes no País.
Carta Circular nº 3118	17 de Fevereiro de 2004	Divulga instruções complementares relativas a remessa de informações relacionadas com a contratação de Correspondentes no País.
Resolução nº 3654	17 de Dezembro de 2008	Altera o art. 1º da Resolução nº 3.110, de 2003.
Resolução nº 3919	25 de Novembro de 2010	Altera e consolida as normas sobre cobrança de tarifas pela prestação de serviços por parte das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e dá outras providências.
Carta Circular nº 3482	17 de Janeiro de 2011	Estabelece procedimentos complementares a serem observados na remessa de informações relacionadas com a contratação de correspondentes no País, de que trata a Circular nº 2.978, de 19 de abril de 2000.
Resolução nº 3954	24 de Fevereiro de 2011	Altera e consolida as normas que dispõem sobre a contratação de correspondentes no País.
Resolução nº 3959	31 de Março de 2011	Altera a Resolução nº 3.954, de 24 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a contratação de correspondentes no País.
Resolução nº 4035	30 de Novembro de 2011	Altera a Resolução nº 3.954, de 24 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a contratação de correspondentes no País.
Resolução nº 4114	26 de Julho de 2012	Dispõe sobre a contratação de correspondentes no País para atendimento em operações de câmbio.
Resolução nº 4145	27 de Setembro de 2012	Altera a Resolução nº 3.954, de 24 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a contratação de correspondentes no País.
Circular nº 3693	20 de Dezembro de 2013	Estabelece procedimentos para contabilização da remuneração de correspondentes no País.
Resolução nº 4294	20 de Dezembro de 2013	Altera a Resolução nº 3.954, de 24 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a contratação de correspondentes no País.
Resolução nº 4196	15 de Março de 2013	Dispõe sobre medidas de transparência na contratação e divulgação de pacotes de serviços.

Fonte: BACEN.

*Obs.: Textos extraídos integralmente de cada norma.

Elaboração própria.



Percebe-se, assim, que o correspondente vem adquirindo novas funções, novos conceitos e formas de atuação mais amplas desde seus primórdios. No início do século XX acumulava algumas funções e tinha seu papel importante na intermediação econômica do país e com autonomia de atuação. Hoje, trata-se de um fixo geográfico que atua com várias atividades do setor financeiro, antes exercidas apenas por tipologias tradicionais, além de atuar em áreas de pouca expressão econômica no país. Entretanto, o que melhor caracteriza esse fixo geográfico atualmente é a sua flexibilidade de localização acompanhada do baixo custo de instalação e manutenção. Nesse sentido, para os bancos é mais interessante utilizar os correspondentes, pois, conforme Motta e Cordeiro (2006, p. 7):

De acordo com Maria Diamices Chevalier, do Banco Regional de Brasília, a instalação de uma agência bancária pode custar entre R\$ 300 mil e R\$ 400 mil. Um posto de atendimento bancário, em torno de R\$ 70 mil. Os gastos com um correspondente – mesmo com o tipo de relação de extrema responsabilidade como a do BRB, que disponibiliza treinamento e subsidia segurança – ficam na casa dos R\$ 18 mil.

Em alguns casos não necessita de ponto fixo, ou mesmo construir uma estrutura concreta para sua atividade. Sendo assim, se trata de um instrumento favorável à expansão das finanças com baixo custo. Logo:

Podemos considerar o *correspondente* como um fixo geográfico bastante simples do ponto de vista de sua operacionalidade; e, portanto, muito mais flexível em relação à sua localização potencial. São mais simples pelas instalações físicas necessárias à abertura de um *correspondente*: eles se localizam necessariamente dentro de algum estabelecimento comercial já em funcionamento: uma padaria, farmácia, casa lotérica, pequenos supermercados, lojas, locadoras de vídeo, entre outros. Ao contrário dos fixos geográficos “tradicionais” que sempre compuseram a topologia bancária brasileira (as agências), não é necessário dispêndio de capitais para a construção de infraestrutura para instalar um correspondente. (CONTEL, 2006, p. 236, grifos do autor).⁷

Sendo assim, a “facilidade” que o correspondente possui para prestação dos serviços financeiros, está centrada em dois elementos determinantes aos interesses das instituições financeiras. Em primeiro lugar o ponto de localização e, em segundo, a

⁷ Para o Banco Central do Brasil: “Os correspondentes são empresas, integrantes ou não do Sistema Financeiro Nacional, contratadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil para a prestação de serviços de atendimento aos clientes e usuários dessas instituições. Entre os correspondentes mais conhecidos encontram-se as lotéricas e o banco postal.” Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?correspondentesfaq>.



quantidade de pessoas que frequentam o estabelecimento. Essa é uma lógica decorrente do processo que condicionou o País a uma diversificação das finanças, especialmente com o crescimento das diferentes formas de financeirização. Com a expansão dos sistemas de tecnologia da informação, as instituições se interessaram cada vez mais em atingir suas prerrogativas de lucro através da capilaridade de novas tipologias. Porém, o correspondente, por ser bem mais barato e flexível de comando, imprime uma maior importância para as instituições financeiras, permitindo uma intensa expansão dos serviços bancários a partir do alcance das finanças em todos os municípios brasileiros.

O correspondente significa, portanto, uma ferramenta essencial para ampliar as bases à concretização e expansão das finanças no território, levando o Conselho Monetário Nacional a discutir e ampliar as bases normativas para atuação desse fixo no país. Em 2002, com uma atuação mais ligada as áreas não assistidas pelas finanças, o BACEN publicou uma norma estabelecendo a ampliação da atuação do correspondente no que tange à sua autoridade em verificar propostas de abertura de contas e outras atividades de competência das agências bancárias.

A Resolução n. 2.953, de abril de 2002 além de autorizar essas normas, passou também a estabelecer a atuação de outras instituições financeiras para contrato de correspondentes no país. Considerada um divisor de águas, “[...] a Resolução n. 3.156, de 17 de dezembro de 2003 permitiu que pudesse também ser contratante qualquer instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central.” (SOARES; MELO SOBRINHO, 2008, p. 145), caracterizando uma nova fase no processo de expansão das finanças no país.

Além da flexibilidade, em função da localização e baixo custo de instalação, o correspondente, a exemplo das Casas Lotéricas e Caixas Aqui, pode constituir um instrumento de acesso da população não bancarizada aos serviços básicos, mas também para a efetivação das “políticas de distribuição dos recursos do Governo Federal” (CASTRO; MODESTO, 2010). Por outro lado, permite a atuação dos bancos no que diz respeito à ampliação da financeirização do território e mesmo a oferta de produtos financeiros diversos às classes desprovidas de formas de acesso a bens de consumo, a exemplo do crédito consignado.

O correspondente funciona num estabelecimento onde é instalado um equipamento de POS (point of service) ou mesmo um computador que passa a



combinar-se com outros equipamentos de tecnologia, conectados diretamente as suas instituições contratantes. É através desse emaranhado de técnicas que o fixo mantém-se conectado via Internet do tipo GPRS (General Packet Radio Service) com a instituição financeira. Ou seja, a agência que comanda as atividades do correspondente, fazendo uso da telefonia celular quando não está conectado via satélite. A transferência de dados financeiros é automaticamente executada online, em períodos e horários fixos da semana, seguindo a lógica e a complexidade de cada correspondente.

Antes, o correspondente se tratava de um canal criado para a prestação de serviços e produtos financeiros simples como pagamento de títulos. Porém, a discussão em torno da evolução das tecnologias de informação é fundamental para entender os desígnios impostos a este fixo dentro da lógica do sistema financeiro atual constitui, portanto, um fixo geográfico basilar à concretude da política de penetração das atividades financeiras em áreas menos povoadas e de poucos fixos tradicionais como agências e postos de atendimento.

Sendo assim, pode-se atentar para “novas tecnologias da informação e comunicação” (DIAS; LENZI, 2009) que ampliaram as formas de atuação das finanças acompanhadas de um processo de capilarização das topologias das redes bancárias antes nunca visto. Dessa forma:

A indústria bancária é amplamente reconhecida como um dos setores que mais se destacam no uso de TI. Ao longo das últimas cinco décadas, uma sucessão de inovações tecnológicas incorporadas aos processos e serviços bancários permitiu ao setor reduzir os custos das transações bancárias, enxugar sua máquina administrativa, aumentar a eficiência dos processos e agregar valor aos clientes, seja pela introdução de novos canais de distribuição para os serviços existentes, seja pelo desenvolvimento de novos produtos ou serviços baseados em tecnologia. (JAYO, 2010, p. 15).

Na verdade, essas tecnologias, usadas pelos correspondentes, já eram utilizadas antes pelos fixos bancários tradicionais. Contudo, o caráter inovador a partir do uso pelos correspondentes vai intensificar o avanço da bancarização no país. Conseqüentemente, o sistema bancário se empenhou em capilarizar serviços e produtos e ampliar sua linha de interesse a partir dos lucros elevados.

A título de exemplo, pode-se destacar como correspondente, o Banco Postal, instalado na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) que presta serviços ao Banco do Brasil; seguido da Casa Lotérica e do Caixa Aqui, ligados à Caixa Econômica



Federal, dentre outros, dentro de estabelecimentos comerciais como supermercados, mercadinhos, farmácias, padarias, postos de gasolina, restaurantes etc. Prestam serviços como recebimento de contas de luz, água, faturas de cartão de crédito, imposto de renda etc. Existem, ademais, os correspondentes ligados tanto aos bancos como as financeiras e que permitem a oferta de empréstimo consignado, arrendamento mercantil e outras formas de créditos, a exemplo do consumo de objetos técnicos, o chamado Crédito Direto ao Consumidor (CDC).

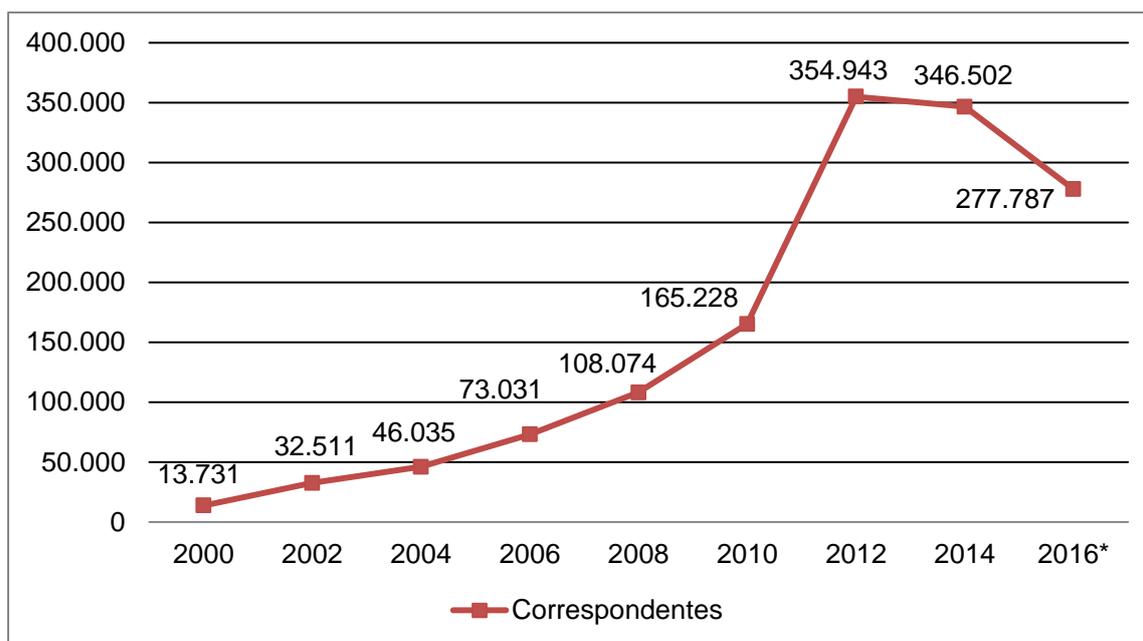
Mediante a boa margem de lucro que as instituições financeiras conseguem através desse fixo geográfico e da imensa movimentação financeira, o correspondente acaba por ganhar novos contornos e funcionalidades no que concerne a ampliação da oferta de serviços e produtos financeiros. Segundo Contel (2006, p. 235): “Há bancos que utilizam sua rede de correspondentes de forma mais agressiva, treinando os funcionários para a venda de produtos do próprio banco [...]”, ancorados nas normas que constituem elementos essenciais, para a compreensão desse processo.

Atualmente, grande parte dos títulos pagos pela sociedade brasileira é realizada através dos correspondentes, sobretudo o Bradesco Expresso, Banco Postal e Casa Lotérica, pertencentes respectivamente ao Bradesco, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. O primeiro atua na prestação de serviços como saques e depósitos, além da grande participação no número de recebimento de títulos bancários e não bancários. O segundo, mediante a ligação com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), executa atividades mais complexas, conforme as demandas locais. Por sua vez, é a Casa Lotérica que mais recebe pagamento de títulos, além de executar atividades como propostas de abertura de contas, cartão de crédito e movimentar quantias de dinheiro mais elevadas que outros correspondentes no país.

Uma pesquisa realizada pelo Plano CDE e Bankable Frontier Associates, revelou que os correspondentes constituem o meio mais utilizado para pagamento de contas no país em 2009. Com efeito, 75% da população, mormente aquela de menor poder aquisitivo, usa esse fixo para tal fim, especialmente nos pequenos centros das regiões Norte e Nordeste, onde a ausência dos fixos bancários tradicionais é maior. Por conseguinte, o correspondente passa a desempenhar um papel fundamental, além de intensificar a bancarização da população.

A partir da desburocratização normativa, ao longo dos últimos dez anos, muitas instituições financeiras ampliaram a capilaridade de seus serviços e produtos bem como a rede de correspondentes em todo o país. Nesse sentido, o Gráfico 1 apresentado seguir é bastante elucidativo.

Gráfico 1 – Brasil: evolução do número de Correspondentes (2000-2016)



Fonte: BACEN; FEBRABAN.

*Obs.: Posição referente a 01 de novembro de 2016.

Elaboração própria.

Observa-se um elevado crescimento na última década, ultrapassando a cifra dos 1.100% entre os anos de 2000 e 2010. Entretanto, faz-se mister aludir que em 2011 houve uma queda de 2,58%, decorrente do reajuste na regulamentação de correspondentes comerciais no país nesse mesmo ano⁸. De acordo com o CIAB/FEBRABAN – Pesquisa Setor Bancário em Números 2012, para dezembro de 2011, os correspondentes representavam 5,2% do total de 66,4 bilhões de transações bancárias realizadas no país, representando um crescimento 0,9% em relação a 2007. Situação inversa ao que ocorreu com as agências bancárias que mostraram um declínio de 1,7% da sua participação nas transações bancárias durante o mesmo período. Ou seja, 12,6% e 10,9%, respectivamente. Portanto, não obstante a redução do número de

⁸ A propósito, ver as Resoluções de n. 3.954, n. 3.959 e n. 4.043, do Conselho Monetário Nacional, de 2011.



correspondentes não houve efeitos negativos no que diz respeito às transações realizadas no mesmo ano por este fixo.

Não há dúvidas, portanto, quanto ao destaque alcançado pelo correspondente. Segundo revela o Relatório de Inclusão Financeira (BACEN, 2011) a atuação desse fixo tem aumentado a oferta de serviços financeiros no país, especialmente nas partes mais opacas do território. Das instituições financeiras que mais se utilizam de correspondentes estão os bancos, com 84% dos contratos, seguidos das Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, com 24%, das Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e a Empresa de Pequeno Porte, além das Cooperativas de Crédito, com 1,2% cada. A partir do final de 2010, deu-se uma maior concentração de correspondentes contratados por bancos no Nordeste, com 93% de todas as instituições financeiras. Na região Norte esse número também foi bem expressivo (91%), além das regiões Centro-Oeste com 86%, Sudeste com 82% com 80%.

Vale aludir que o processo de liberação normativa para a atuação de correspondente no país emana, ao mesmo tempo, da política de bancarização da sociedade advinda de três grandes poderes: (1) – o Governo Federal, que cria as possibilidades de expansão da atividade bem como a atuação das finanças via projetos e programas de cunho socioeconômico; (2) – o Conselho Monetário Nacional que estuda as condições teóricas e empíricas para a designação de alguma atividade a ser executada posteriormente por uma determinada instituição, agente, correspondente, entidade etc. e (3) – o Banco Central do Brasil que passa a liberar as normas criadas pelo CMN a serem executadas pelas entidades de interesse ou que estão sob fiscalização do mesmo.

Sendo assim, pode-se afirmar que desde a criação da primeira norma para atividade de correspondente no país em 1973, passando por diversas outras criadas ou mesmo revogadas e ampliadas, os correspondentes atuam sob execução da Resolução n. 3.954, de 24 de fevereiro de 2011 que é tida como um marco no processo de regulação das atividades prestadas por correspondentes.

Para o Sistema Financeiro Nacional, o correspondente representa um elemento novo desde o início dos anos 2000, haja vista a quantidade de transações executadas por ele. Em menos de uma década verificou-se a relevância que o mesmo representou às instituições financeiras, especialmente em decorrência da sua capilaridade no território nacional, tornando as finanças um elemento intrínseco ao cotidiano de uma sociedade



caracterizada pelos modelos de consumo decorrentes de um verdadeiro “fundamentalismo” (LOSURDO, 2010). Por um lado, possibilitou maior lucro às redes bancárias em menos tempo além de ampliar a horizontalidade dos serviços financeiros.

Dentre as atividades mais executadas por correspondentes no país estão pagamentos e recebimentos de títulos, empréstimos e financiamentos, seguidos de movimentações de contas e cartão de crédito e abertura de contas e ordens de pagamento, exatamente nessa ordem. Trata-se de critérios de avaliação adotados pelo Banco Central do Brasil para entender a capilaridade dos serviços e produtos ofertados por este fixo em todo o território nacional.

Deve-se destacar que a capilaridade das atividades financeiras no Brasil é marcada por um processo onde as tomadas de decisões partem de comandos situados nos centros mais importantes e dinâmicos, não apenas do estado, como também do país, o que interfere na vida socioeconômica da maioria da população e implica na ideia de centros de gestão (ou decisão) do território⁸.

O uso desse fixo não se estabelece de forma igualitária para todas as instituições financeiras, algumas possuem uma rede mais numerosa, outras mais distribuídas. Na verdade, instituições como a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e o Bradesco, além de atuarem com grande quantidade de correspondentes por todo o território nacional, se expressam de forma bem mais distribuída. São bancos múltiplos com várias carteiras financeiras, além de estreitarem sua relação com as empresas do circuito inferior visando à expansão das suas atividades.

É importante observar que o avanço da atividade do correspondente no país, não apenas nos termos normativos, mas considerando sua expansão, leva a pensar em algumas discussões levantadas entre os sindicatos dos bancários e entidades do próprio sistema financeiro. Por um lado, algumas entidades como o próprio BACEN, que admite ser uma alternativa para aproximar as classes mais pobres aos serviços bancários, não tratando-se apenas de trazer essas pessoas a participarem do sistema financeiro, mas de dar-lhes “dignidade e cidadania”. Por outro lado, pode-se perceber a discussão em torno do processo de terceirização bancária, o que impõe uma reflexão sobre as condições de trabalho exigidas pelos bancários. Para muitos bancários, sindicalistas e cientistas do trabalho, trata-se de uma estratégia do sistema bancário de



fugir aos reclames dos direitos exigidos pela profissão, além de ser um verdadeiro processo de degradação da mão-de-obra no mesmo.

A terceirização no sistema bancário tem sido muito importante à reorganização estrutural das atividades bancárias, quando se leva em consideração o lucro almejado pelas próprias instituições financeiras. Esta forma de divisão do trabalho, segundo Figueiredo e Carvalho (2010, p. 19): “[...] representa uma estratégia pela qual um terceiro, em condições de parceria, com competência, especialidade e qualidade, produz bens ou presta determinados serviços para uma empresa que o contrata.”

Ou seja, o contrato de terceirizados consiste em um aspecto onde o contratante impõe as responsabilidades à empresa contratada à execução dos serviços determinados. O modelo de correspondente criado no Brasil mostra-se como um mecanismo de reorganização desse processo, o que torna mais ágil a atuação das instituições financeiras, aumentando a sua capilaridade e o seu poder de atuação em diversas partes do território. Portanto, a legalização normativa para atuação de correspondentes foi um determinante crucial para à expansão dos serviços e produtos financeiros no país.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos mecanismos regulatórios que regem os Correspondentes no território brasileiro, constatar a tese de que as bases materiais criadas no mundo atual têm possibilitado maior intensidade na circulação de capitais nos territórios, permitindo maior acumulação de dinheiro nos principais centros do país. Nessa perspectiva, Singer (2000) chamou a atenção para a “importância das finanças que se impôs na vida cotidiana da sociedade [...] como regra para a sobrevivência”. Essa variável também trouxe consigo a possibilidade de maior especulação financeira, sobretudo a partir das políticas normativas de desburocratização do BACEN, que intensificou “os fluxos de dinheiro” (SANTOS; SILVEIRA, [2001] 2006, p. 185) no território.

Tal processo se intensificou com o Plano Real, impulsionando a reestruturação bancária e a inserção de novos serviços e produtos financeiros e, por conseguinte forçando a expansão do consumo, concomitante a uma maior precisão no que concerne à circulação de dinheiro pelas diversas instituições financeiras. Ademais, no Brasil, as cidades com maior concentração populacional também concentram a maior quantidade



de fixos bancários tradicionais, enquanto que as cidades que estão no escalão inferior da rede urbana possuem em sua minoria Agências, por vezes, PABs, porém, correspondentes em sua maioria.

Ademais, no Brasil as cidades com maior concentração populacional também concentram a maior quantidade de fixos bancários tradicionais, enquanto que as cidades que estão no escalão inferior da rede urbana possuem em sua minoria Agências, por vezes, PABs, porém, correspondentes em sua maioria. Este último, um “[...] *objeto híbrido* que combina serviço, tecnologia de comunicação e produto, e que viabiliza uma expansão territorial e social sem precedentes das redes bancárias no território brasileiro.” (DIAS, 2009, p. 12).

Acrescente-se ainda, o papel dos “Correspondentes no País” que sem dúvida, têm um significado expressivo no processo (ainda em curso) de reorganização espacial das redes bancárias no território brasileiro que, no dizer de Dias e Lenzi (2009) tem ocorrido através de processos adaptativos e inovadores, representando, portanto, uma aproximação e integração do conjunto da sociedade com a economia do País. Logo, Não se deve olvidar também, o papel das políticas voltadas à bancarização da sociedade que frequentemente permitiram os avanços com relação à regulamentação direcionada aos diversos Canais correspondentes a topologia bancária brasileira.

6 – REFERÊNCIAS

- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução Roneide Venancio Majer. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. v. 1: A era da informação: economia, sociedade e cultura.
- CASTRO, Jorge Abrahão de; MODESTO, Lúcia. **Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília: IPEA, 2010.
- CHESNAIS, François. Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica. CHESNAIS, François (Coord.). **A mundialização financeira: gênese, custo e apostas**. Tradução Marta Roldão. Lisboa: Instituto Piaget, [1996] 1998. p. 337-397. (Coleção Economia e Política, 42).
- CONTEL, Fabio Betioli. **Território e finanças: técnica, normas e novas topologias bancárias no Brasil**. 2006. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- CORRÊA, Roberto Lobato Azevedo. Concentração bancária e os centros de gestão do território. **Revista Brasileira de Geografia [RBG/IBGE]**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 17-32, abr./jun. 1989.
- COSTA, Fernando Nogueira da. **Brasil dos bancos**. São Paulo: EDUSP, 2012.

- _____. Origem do capital bancário no Brasil: o caso rubi. In: **Texto para discussão**, Campinas, n. 106, p. 1-26, mar. 2002.
- DIAS, Leila Christina. Finanças, política e território. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22 n. 55, p. 9-13, jan./abr. 2009.
- _____; LENZI, Maria Helena. Reorganização espacial de redes bancárias no Brasil: processos adaptativos e inovadores. In: **Caderno CRH**, Salvador, v. 22 n. 55, p. 97-117, jan./abr. 2009.
- DINIZ, Eduardo Henrique. **Correspondentes bancários e microcrédito no Brasil**: tecnologia bancária e ampliação dos serviços financeiros para a população de baixa renda. São Paulo: FGV, 2010. 102 p. Relatório G.V. Pesquisa.
- FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS. **Pesquisa Ciab Febraban 2012**: o setor bancário em números. Disponível em: <http://www.ciab.com.br/_pdfs/publicacoes/Pesquisa2012.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2013.
- _____. **Pesquisa Febraban de tecnologia bancária**: o setor bancário em números. Disponível em: <<http://www.febraban.org.br/7Rof7SWg6qmyvwJcFwF7I0aSDf9jyV/sitefebraban/Pesquisa%20FEBRABAN%20de%20Tecnologia%20Banc%20E1ria%202013.pdf>>. Acesso em: set, 2013.
- _____. **Relatório anual 2012**. Disponível em: <<http://www.febraban.org.br/7Rof7SWg6qmyvwJcFwF7I0aSDf9jyV/sitefebraban/Pesquisa%20FEBRABAN%20de%20Tecnologia%20Banc%20E1ria%202013.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2013.
- FIGUEIREDO, Karoline de Brito; CARVALHO, Rogério Lima de. **A terceirização nas instituições financeiras, na figura do correspondente**. Belo Horizonte: Lastro, 2010.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Critérios de abertura de agências bancárias. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, n. 1, v. 27, p. 49-55, jan. 1973.
- GIGLIUCCI, Paulo Henrique Cova. **Crédito consignado a aposentados e pensionistas do INSS**: evolução e fatores de sua expansão. 2011. 58 f. Dissertação (Mestrado em Ciências): Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2011.
- JAYO, Martin. **Correspondentes bancários como canal de distribuição de serviços financeiros**: taxonomia, histórico, limites e potencialidades dos modelos de gestão de redes. 2010. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2010.
- LOSURDO, Domenico. **A linguagem do império**: léxico da ideologia estadunidense. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- MOTTA, Cláudia; CORDEIRO, Elisângela. Bancarização sem bancário. **Revista dos bancários**. N. 110, p. 4-7, mai. 2006. Disponível em: <<http://www1.spbancarios.com.br/img/rb/pdf/110.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2014.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5. ed. EDUSP: São Paulo, [1985] 2008. (Coleção Milton Santos, 12).
- _____. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução Myrna T. Rego Viana. 2. ed. São Paulo: EDUSP, [1975] 2004. (Coleção Milton Santos, 4).



- _____; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 11. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, [2001] 2006.
- SILVA, Márcia da Conceição. **Correspondente bancário: uma forma de terceirização**. In: Congresso Brasileiro de Sociologia – Grupos de Trabalho. Recife, 2007, p. 1-22. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=245&Itemid=171>. Acesso em: 17 ago. 2013.
- SILVEIRA, Maria Laura. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. In: **Caderno CRH**, Salvador, n. 55, v. 22, p. 65-76, jan./abr. 2009.
- SINGER, Paul. **Para entender o mundo financeiro**. São Paulo: Contexto, 2000.
- SOARES, Marden Marques; MELO SOBRINHO, Abelardo Duarte de. **Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito**. 2. ed. Brasília: BCB, [2007] 2008.